

DO DISCURSO DIGITAL: CIÊNCIA, ESCRITA E COLABORATIVIDADE

DIGITAL DISCOURS: SCIENCE, WRITTEN AND COLABORATIVITY

Cristiane Dias

Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, São Paulo, SP, Brasil

Cidarley Grecco Fernandes Coelho

Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Este artigo problematiza a noção de colaboratividade por meio da análise da materialidade digital e do funcionamento discursivo da relação entre conectividade, colaboratividade e mobilidade. A forma de produção e divulgação do conhecimento pelo sentido do colaborativo será um dos focos da análise. O segundo foco será a produção escrita colaborativa. A partir dessas duas instâncias de análise, o artigo busca compreender como se dá o funcionamento da colaboratividade e seus efeitos no que concerne à autoria.

Palavras-Chave: Colaboratividade; Escrita; Ciência; Discurso Digital; Autoria.

Abstract: This article discusses the notion of colaborativity through the analysis of digital materiality and its discursive functioning starting from the relation between connectivity, mobility and colaborativity. The form of production and divulgation of knowledge through the colaborative sense it will be one of the analysis focal points. The second focus will be the colaborative writing production. Through these two instances of analysis, the article aims to understand how it is colaborativity functioning and their effect with regard to authorship.

Keywords: Colaborativity; Writing; Science; Digital Discourse; Authorship.

Nota sobre colaboratividade

A colaboratividade e a conectividade são características da mobilidade contemporânea, dos movimentos urbanos contemporâneos, das formas de organização do espaço e das instituições e também da constituição dos sujeitos e dos processos de ressignificação dos sentidos.

Essas características da mobilidade dos sujeitos foram se ressignificando, pois estes sempre criaram maneiras de circulação, locomoção, de ser e estar em determinados grupos, constituídos por movimentos ligados ao social e aos modos de configuração dos lugares ao longo do tempo.

Segundo Lafont (2004), se, por um lado, durante muito tempo, os nômades foram objeto de perseguição e exclusão, por outro, com as rupturas dos anos 1960-1970, houve uma ressignificação dos valores do nomadismo. Nesse período, a convivialidade itinerante era um dos ideais almejados pelos diferentes grupos.

Era a época em que os hippies tomavam a estrada, os guerrilheiros o mato e os jovens, a rua: ruptura violenta ou pacifista contra uma “burguesia” sufocante, contra a Cidade trancafiada que ela produziu, contra uma “circulação” congelada e uma “mobilização” que se assemelhava a formas de ordem por demais opressoras e que organizavam e policiavam as direções, as velocidades, os cruzamentos, as paradas¹ (LAFONT, 20014, p. 341-342, tradução nossa).

Esse processo de ressignificação do nomadismo foi assumindo outros contornos, na medida em que as cidades foram crescendo, as populações aumentando, e o capitalismo produzindo formas de convívio entre os sujeitos, formas essas marcadas pela competitividade das relações econômicas.

Nessas condições de produção, o nomadismo passa a significar não mais pelos ideais de liberdade, contestação, subversão, como nos anos 60-70 do século XX, mas pelos sentidos de pobreza e violência atribuídos àqueles que “não têm endereço ou paradeiro”. Desse modo, a convivialidade cede lugar à hostilidade produzida, entre outros fatores, pela segmentação dos espaços, estabelecida por uma forma de organização da cidade que divide os sujeitos e administra sua circulação.

Nessa perspectiva, a cidade passa a significar pelo seu potencial econômico, muito mais do que pela possibilidade que ela tem de produzir espaços de convivência e sociabilidade. Assim, aqueles que não têm poder de compra, não são bem-vindos, não devem circular pelas vias públicas urbanas. A rua tornou-se utilitária, não mais um lugar de lazer ou encontros aleatórios, mas de encontros forjados por uma setorização administrativa e econômica da cidade. A cidade se consome.

A violência teria assumido o controle dos sentidos, a partir daquilo que Orlandi (2001b, 2003, 2004), em seus trabalhos sobre cidade, chamou de uma “sobredeterminação do social pelo urbano”. Para a autora,

¹ Tradução nossa: C'était l'époque où les hippies prenaient la route, les guérillas le maquis et les jeunes, la rue : rupture violente ou pacifiste contre une « bourgeoisie » étouffante, contre la Ville enfermante qu'elle a produite, contre une « circulation » figée et une « mobilisation » qui paraissaient des formes d'ordre par trop oppressantes et qui organisaient et poliaient les directions, les vitesses, les croisements, les stationnements.

determinadas formas de (má) gestão da cidade e das relações sociais, como a do fechamento do espaço público (condomínios, bolsões de segurança, shopping centers, etc.) produzem uma “violência simbólica”:

O que significa fazer um bolsão chamado de segurança? Significa uma violência simbólica: separa um conjunto de casas do resto da cidade simbolizando assim que quem está de um lado é “amigo”, capaz de convívio, e todo resto é suspeito. O que, para mim, mostra nossa incapacidade de convivência social que saiba discernir o que é “socius” do que é “hostis”. Em princípio, com este gesto, tudo o que está para lá do muro torna-se hostil (ORLANDI, 2001b, p. 1).

Esses gestos que, como crítica Orlandi (2003), reduzem a cidade ao discurso da violência, apagam a convivialidade, produzindo ao espaço público urbano, sentidos de hostilidade e medo. Nas palavras de Kuster e Pechman (2014, p. 86), “a cidade, que sempre acolheu a negociação e o conflito, que sempre experimentou o *afrontamento*, agora vive uma cultura do *evitamento*”.

Porém, ainda de acordo com Orlandi (2001b), “nenhum muro é indepassável, e as pessoas, como são seres históricos e sociais, não prescindem da vida social. Não se deixa o social para fora.” Levando em conta que não é possível deixar o social para fora, cabe pensar nos efeitos da ressignificação da cidade pelo digital, que produziu o que se chamou, no final dos anos 90, de cidade virtual.

Sobre isso, houve, de um lado, um pessimismo (seria o digital uma nova forma de confinamento dos sujeitos? Um confinamento voluntário?) em relação ao futuro das cidades e das relações sociais e, de outro, um grande otimismo (seria o digital o salvador da cidade de sua violência própria?). No entremeio dessa polarização dos sentidos, deparamo-nos com o real. É preciso, então, olhar a cidade e compreender seus processos de significação. Que formas da sociabilidade se produzem nessas formas de viver o urbano? O digital devolveria aos sujeitos a possibilidade de convivialidade, devastada pelo discurso da violência, ou reforçaria o aniquilamento do estar-junto?

Nossa posição é de que os sujeitos inventam outros modos de estar-junto, numa outra materialidade.

É fato que o digital modifica as formas de viver a cidade, uma vez que nas condições de produção da cidade conectada, o espaço se configura de uma forma diferente, vai ganhando outros contornos, outras formas, e o sujeito vai produzindo outros sentidos para seus trajetos e outros trajetos para os sentidos.

Nessa perspectiva, não entendemos que esse processo de ressignificação do espaço e do próprio sujeito, produziria o fim da experiência urbana como lugar de encontro, como afirmam Kuster e Pechman (2014, p. 86). Na compreensão dos autores sobre a cidade global, “a experiência urbana deve desaparecer para dar lugar, não mais ao encontro, mas à conexão.” Em nosso entender, o que há é uma “ampliação” da experiência urbana pelo digital que produz outros sentidos ao encontro, cuja materialidade é a digital². Nesse passo, o convívio não é, de fato, aquilo que reúne os sujeitos, uma vez que, na cidade conectada, a convivência deixa de ser uma forma preponderante do estar-junto, para dar lugar à conectividade como forma de laço. Na cidade significada pela materialidade digital, é mais importante estar conectado do que estar junto. Os laços sociais não se estabelecem mais tão nitidamente pela definição de fronteiras geográficas ou temporais, de comunidades específicas.

Nesse sentido, Licoppe (2004, p. 149) chama a atenção para o fato de que o laço parece se antecipar ao lugar. Assim, antes de um encontro, os sujeitos trocam mensagens instantâneas (sms, whatsapp) o tempo todo e, depois do encontro físico, este ainda se estende nas redes sociais, no whatsapp, pela postagem de fotos, comentários, mensagens. O encontro se amplia, expandindo seu instante. Para Kruse e Carlsson (2004, p. 154, tradução nossa), “os sms permitem aos indivíduos criar uma bolha de proximidade – um “terceiro lugar” distinto da casa, da escola ou do trabalho, em que as regras do mundo exterior não se aplicam mais”³. Diríamos, da perspectiva discursiva, que o processo de historicização dos sentidos do estar-junto, dos encontros, do convívio, derivou, inscrevendo-se em outra formação discursiva⁴ e movimentando os sentidos.

² Sobre essa questão, ver Dias (2016).

³ Tradução nossa: « Les SMS permettent aux individus de créer une bulle de proximité – un « tiers lieu » distinct de la maison, de l'école ou du travail, où les règles du monde extérieur ne s'appliquent plus. »

⁴ A noção de formação discursiva foi retrabalhada por M. Pêcheux (1975, p. 160-161), no campo da Análise de Discurso, a partir de uma relação estreita com a noção de ideologia e de sujeito. Segundo Pêcheux, a formação discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que *pode e deve ser dito*”, o autor ainda continua afirmando que “os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes.” Essa “correspondência” entre a formação discursiva e formação ideológica, na linguagem, é, para o autor um processo complexo e problemático, “cujo princípio se encontraria na interpelação” (p. 182, nota 26).

A conectividade, nessa deriva, não é apenas uma possibilidade técnica de ligar dados e dispositivos entre si. Se considerada em sua matéria significativa, a conectividade é a técnica encarnada, cuja materialidade é a colaboratividade e esta, por sua vez, é a materialidade da mobilidade. Nesse sentido, colaboratividade, conectividade e mobilidade se ligam materialmente (DIAS, 2014, 2016).

Se, nos anos 60-70, o sentido de “coletividade” funcionava como um processo de articulação do discurso da convivialidade, a partir de uma forma de organização das instituições, dos movimentos políticos e sociais da/na cidade, hoje, o sentido de “coletividade” começa a se filiar a outras redes, articulando convivialidade à colaboratividade, produzindo, com isso, outras formas de organização das instituições e dos movimentos políticos e sociais da/na cidade.

Hoje, os movimentos políticos e sociais, as formas de mobilidade e organização dos sujeitos, os encontros e o próprio conhecimento, seja na forma de sua produção ou na forma de sua divulgação, constituem-se pelo colaborativo. Pela formação de redes. Essa forma de produção e divulgação do conhecimento pelo colaborativo será um dos focos de nossa análise. O segundo foco será a produção escrita colaborativa e seus efeitos no sentido de autoria. A partir dessas duas instâncias de análise, buscaremos configurar o que é colaboratividade.

Tendemos a pensar, pela memória da própria palavra colaborativo, que colaborativo refere-se àquilo que se faz em colaboração. Um texto colaborativo, seria, então, um texto escrito em conjunto por duas ou mais pessoas. Nas condições de produção do digital, porém, o colaborativo não implica necessariamente um “trabalho conjunto”, mas um modo de produção do sentido em rede, que se dá pela conectividade dos sujeitos e dos sentidos. Como dissemos anteriormente, conectividade, colaboratividade e mobilidade estão materialmente ligados e é nessa medida que colaborativo significa.

1. Conhecimento colaborativo e autoria

Uma das formas da colaboratividade na rede, que recortamos para essa primeira análise, está no projeto Sci-Hub. Uma rede formada por pessoas interessadas em romper com o direito autoral de publicações de cunho científico. Criado por uma jovem nascida em 1988, no Cazaquistão, Alexandra Elbakyan, o site *Sci-Hub* já disponibilizou, desde 2011, data de sua criação, quase 60 milhões de artigos científicos por meio de parcerias

anônimas com autores que permitem o acesso a seus dados. Metaforizada na figura de Robin Hood⁵ das ciências, Elbakyan já alterou o domínio de seu site depois da determinação de fechamento pela corte de Nova Iorque e responde a um processo da ordem de trilhões de dólares, impetrado por uma das maiores editoras científicas do mundo, a Elsevier. A página inicial do site apresenta alguns elementos para os quais chamamos a atenção:

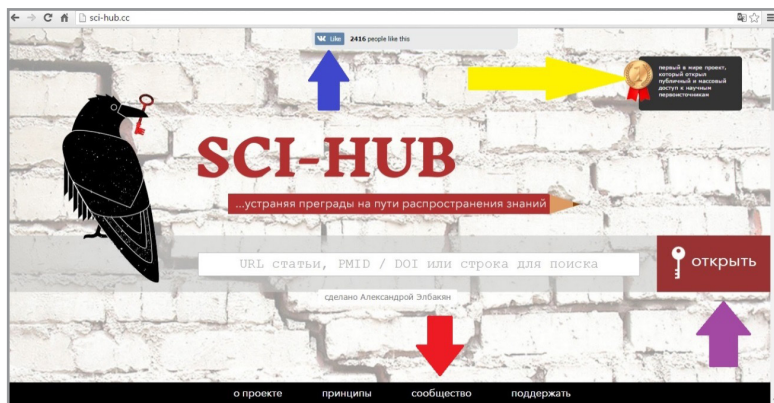


Figura 1: Captura de tela da página inicial do Sci-Hub.
Fonte: sci-hub.cc.

No topo da página, destacamos o ícone da VK (usando também o símbolo BK), marcado pela seta azul. Trata-se de uma rede social russa que até 2012 contava com mais de 140 milhões de usuários, sendo o terceiro site mais visitado na Ucrânia e Bielorrússia⁶.

A medalha marcada pela seta em amarelo tem um box com um texto que afirma se tratar do primeiro projeto no mundo a disponibilizar pesquisas de fontes primárias, dando a elas acesso público massivo.

Já a seta lilás marca a palavra russa “открытый/abrir”, após o ícone de uma chave, antes do box onde se colocam os links, DOI ou palavra-chave para pesquisar.

A seta vermelha indica a palavra “сообщество/comunidade”, e,

⁵ Algumas notícias se referem à jovem criadora do projeto Sci-Hub, como a Robin Hood das ciências. Disponível em: <<http://bigthink.com/neurobonkers/a-pirate-bay-for-science>> e <<http://www.dn.pt/sociedade/interior/rouba-artigos-cientificos-aos-ricos-para-os-dar-a-toda-a-gente5035160.html>>. Acesso em: jul 2017.

⁶ Segundo o site disponível em: <<https://new.vk.com/oficialbrasil>>. Acesso em: jun. 2016.

clikando nela, teremos a seguinte tela, da qual também destacamos alguns elementos:



Figura 2: Captura de tela – Comunidade Sci-hub.
Fonte: sci-hub.cc.

Primeiro destacamos com a seta amarela o lema do projeto, escrito no desenho do lápis com a palavra que pode ter o sentido de unir/juntar “присоединяйся”, seguido da frase: “e ajudar a remover todas as barreiras/na forma de disseminação do conhecimento”⁷.

Unir/Juntar e ajudar. Palavras que dão sentido à colaboratividade na rede, ao trabalho que se faz em rede, não necessariamente junto, no sentido da convivência, da comunidade, mas no sentido da conectividade. Somente após esse unir/juntar e acrescentaríamos, conectar, é que se pode de alguma forma fazer algo. No caso desse grupo, a conexão é estabelecida pelo objetivo em comum de se eliminar barreiras para a disseminação do conhecimento.

Depois, nos retângulos verdes, chamamos a atenção para o enunciado “Grupo do projeto *Sci-Hub* em redes sociais”⁸, seguido dos ícones de redes sociais: BK, Twitter, Facebook, Google+.

O final da tela também é marcado pela reunião de silhuetas, que sugere o encontro, a conexão de pessoas em prol de uma causa, marcado, principalmente, pelo simbólico das mãos erguidas e o punho cerrado.

Já, acessando abertamente a rede social BK/VK, podemos encontrar

⁷ Tradução nossa: “присоединяйся – и помоги устранить все барьеры на пути распространения знаний”.

⁸ Tradução nossa: “группы проекта Sci-Hub в социальных сетях”.

um grupo de discussão com diversas postagens e debates sobre o tema, disponibilização de textos científicos, imagens, problemas técnicos com a disponibilização dos textos, notícias. Enfim, um “terceiro lugar” no qual as pessoas se encontram em colaboratividade, por meio da conectividade e criam um nós, como podemos ver no destaque em verde na imagem a seguir:

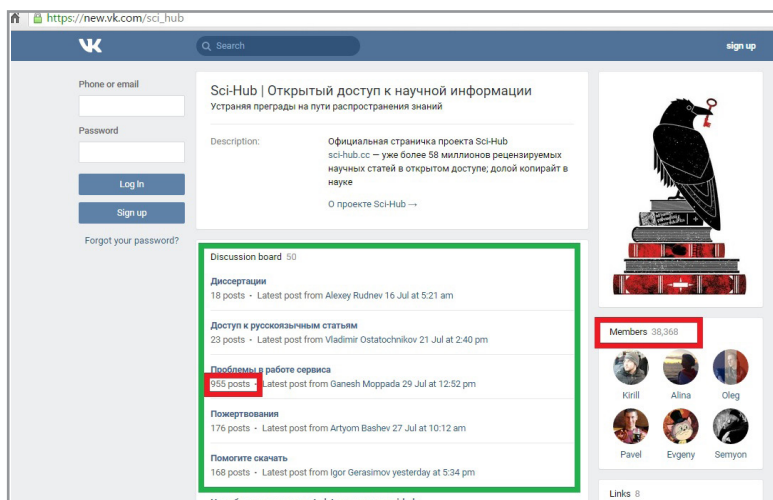


Figura 3: Captura de tela da página inicial do projeto Sci-Hub na rede social VK.
Fonte: VK.

Com quase 40 mil membros e vários tópicos de discussão abertos, a página do projeto na rede social VK tem a seguinte frase de abertura (recorte 1):

*Sci-Hub | O acesso aberto à informação científica
Ao eliminar barreiras para a disseminação do conhecimento⁹*

A barreira, neste caso, é o direito autoral, a noção de autor que se tem para o direito representado pelas grandes editoras de trabalhos científicos, que impedem a divulgação e circulação livre e gratuita de textos acadêmicos.

⁹Tradução livre do Russo: “Sci-Hub | Открытый доступ к научной информации / Устраняя преграды на пути распространения знаний”.

A seguir, a rede social traz a seguinte descrição (recorte 2):

Site oficial do projeto Sci-Hub

sci-hub.cc - mais de 58 milhões de artigos de pesquisa revisados por pares em acesso aberto; Abaixo o autor na ciência¹⁰

Souza (2004) faz uma reflexão sobre autoria e direitos do autor, relacionando essas questões à apropriação da escrita na internet. Ao trazer à baila essa problemática, expõe o conceito cristalizado de autor e autoria, mostrando que autor é entendido como sujeito responsável pelo seu dizer e por seus atos. Segundo Orlandi (2008, p. 77), “o autor é a função discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-histórico), ela está mais submetida às regras das instituições.” Porém, com a Internet, essas “regras” tremulam.

Valendo-se das abordagens trazidas por Foucault (2000), a sacralização do autor é, também, questionada quando se reflete sobre a escrita na internet. Para a Análise de Discurso, diferentemente de Foucault, o princípio da autoria não serve somente para certos discursos, mas, como afirma Orlandi (2008, p. 77) é um princípio geral. “O texto pode não ter um autor específico, mas sempre se imputa uma autoria a ele.”

Nesse sentido, Souza (2004) também traz a diferenciação entre nome de autor e nome próprio, para questionar os processos de validação da autoria que podem se apoiar no mito da originalidade da invenção.

Sobre todos esses aspectos, a Internet traz, inquestionavelmente, algumas problematizações, pois, com a ampliação das possibilidades de colocar em circulação (através da digitalização de manuscritos e publicações, do compartilhamento de textos online, publicados em revistas e/ou livros digitais, blogs, sites, plataformas, etc.) o que se escreve (textos em geral), abre-se a possibilidade de outros sentidos para o jornalismo, a ciência e a literatura, promovendo escritores e escrituras independentes e não mais ligados ao mercado editorial tradicional, mas, sim, ao colaborativo, ou à colaboratividade.

Conseqüentemente, há um reclame para que as práticas de divulgação científica se façam de modo a proteger o direito de quem paga por uma publicação e comercializa o seu escrito, em oposição direta a um sentido livre e aberto para o escrever e divulgar o que se escreve. Diante disso, coloca-se

¹⁰ Tradução livre do Russo: “Официальная страничка проекта Sci-Hub / sci-hub.cc — уже более 58 миллионов рецензируемых научных статей в открытом доступе; долой копирайт в наук”

em xeque a validade das informações que circulam na rede, significando um site como o *Sci-Hub* como pirataria, ou seja, colocando-o no campo da ilegalidade. Para tanto, vale-se de uma referência necessária para a valoração do que é escrito: o autor; do mesmo modo com que se pune aquele que é autor do que já foi escrito (no caso do plágio), bem como aquele que se dá o direito de criar formas de compartilhar textos já publicados (no caso do *Sci-Hub*). A questão de direito autoral, autor e autoria diz respeito, portanto, às formas de existência do sujeito nas condições de produção da sociedade digital.

[...] podemos dizer que a questão do direito autoral diz respeito não apenas à batalha por uma legislação do direito autoral diante da tecnologia digital e suas práticas criativas, à batalha por uma mudança na lei do copyright e do monopólio cultural, mas, mais amplamente, é um debate sobre o direito autoral à própria existência do sujeito (DIAS, 2016b, no prelo).

É nessa perspectiva que as possibilidades de escrita na Internet nos interessam, na medida em que elas tocam a própria constituição do sujeito em determinados modos de existência, da qual faz parte a compreensão do “processo em que se dá a assunção, por parte do sujeito, de seu papel de autor” (ORLANDI, 2008, p. 79).

Um caso específico de subjetivação pela escrita que toca na questão da autoria é o aparecimento das *fanfics* (expressão do inglês *fanfiction* – ficção criada por fãs), que é sem dúvida um lugar de observação importante da função discursiva do sujeito: o autor. Com uma infinidade de textos sobre os mais variados assuntos, as *fanfics* surgiram com a popularização das séries *Star Wars* e *Star Trek*, nos anos 60, primeiro, com a televisão e, depois, com a Internet, com *fanfics* de animés, mangás e HQs. Chamamos a atenção para a questão do direito autoral e propriedade que se coloca sobre esse tipo de texto, como bem destaca a descrição da Wikipédia sobre os *fanfics*:

Normalmente os fanfics costumam infringir as leis sobre direito autoral, já que utilizam personagens criados originalmente por terceiros. Com exceção de casos onde os personagens já tenham caído em domínio público, as histórias que utilizem personagens ainda sob copyright podem ser proibidas por seus criadores originais. Contudo, devido ao grande número de sites na internet bem como os altos custos de um processo judicial, geralmente esse tipo de criação literária é permitido devido ao seu conteúdo ser criado por fãs, que provavelmente consumiram o produto original e não têm o intuito de obter lucro (WIKIPÉDIA)¹¹.

¹¹ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fanfic>>. Acesso em: jun. 2016.

A enciclopédia livre destaca o caráter infrator das *fanfics* ao formular “costumam infringir as leis sobre direito autoral”. No começo, alguns *fanfics* (autores das *fanfics*) tiveram problemas legais em função de sua escrita e diante da proliferação dessa forma textual, alguns autores, porém, concluíram que, se a escrita é baseada em uma obra, é porque o original já foi consumido, e que, se o sujeito faz isso para se divertir, não está lesando ninguém nem prejudicando seus lucros.

Muitos autores apoiam a publicação de *fanfics*, como J.K. Rowling, autora da série Harry Potter, uma das mais populares no universo de literatura infanto-juvenil. Outra autora que chega a disponibilizar *links* para *fanfictions* em seu site é a autora da série *Twilight* (Crepúsculo), Stephenie Meyer. Porém, também há os que tentam impedir essa prática de escrita, tal como, Anne Race, escritora de “Entrevista com o Vampiro” e da série “A Vampire Chronicles”. Alguns países são mais rigorosos no controle das *fanfics*, enquanto outros chegam a tornar as *fanfictions* publicações impressas, como é o caso da Rússia e do famoso escritor Sergey Lukyanenko, que se valeu de *fanfics* em sua obra. No Japão, existem muitas obras conhecidas como *dōjinshi manga-fiction* (derivada de *dōjin*, que significa “grupo de pessoas com o mesmo interesse”), geralmente toleradas e incentivadas. São encaradas como uma forma de publicidade gratuita ou um terreno fértil para novos talentos¹².

Então, perguntamo-nos sobre esse terreno fértil que seria a internet na relação com a produção escrita e, conseqüentemente, com a assunção do papel de autor. Não seria ela uma possibilidade para a prática da escrita (e leitura), marcando a passagem do enunciador a autor, como sugere Orlandi (2008, p.79)? E, mais, não seria o digital um lugar em que o professor poderia também atuar, produzindo saberes e criando as condições para a autoria? Claro que, sendo o sujeito perpassado pela ideologia, os mecanismos de controle, próprios tanto do pedagógico e educador quanto do econômico, estão presentes, produzindo efeitos.

Retomando a discussão sobre autoria e o direito legal, Souza (2004, p. 10) destaca que “a petição para que se mantenham as prerrogativas do autor em tempos de Internet tem suas condições de produção no discurso que se situa na lógica globalizada do capitalismo”.

E, dentro dessa lógica, a função de autoria funciona baseada nas atribuições a nomes de autor e instituições que podem validar sua publicação.

¹² Para refletir sobre a questão da chamada cultura participativa, indicamos a obra de João Massarolo, como o texto publicado em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/narrativa-transmidia-e-a-educacao-panorama-e-perspectivas>>. Acesso em: jul. 2016.

Nesse ritual, destaca Souza (2004), não importa saber quem escreveu o que, ou até mesmo se de fato escreveu, importa que se passe “pelas regras que sustentam uma comunidade de discursos”, desconstruindo, assim, o mito do autor como origem de sua criação.

Paveau (2015, p. 346) também discute a questão da propriedade, da perspectiva que ela chama “simétrica”, a partir da qual aponta para uma “abertura do simbólico” (Orlandi, 1998), no que se refere ao “tratamento do discurso alheio”. Da perspectiva simétrica, proposta por Paveau (2015), há a possibilidade de se “conservar e retrabalhar essa ideia de comunidade dos discursos ao mesmo tempo em que se integram as inovações”, considerando aí a transformação da noção de propriedade que, segundo a autora, “nos obriga a pensar as coisas de outra maneira, em termos de compartilhamento” (p. 350). Ainda segundo Paveau (2015, p. 350), “na Internet, tem-se uma realidade funcional, com discursos construídos de modo colaborativo, mesmo quando assinados individualmente”.

Um projeto como o *Sci-Hub* é um exemplo do funcionamento discursivo da colaboratividade nos processos de significação do conhecimento, compreendidos na discursividade digital. Não diríamos, nesse sentido, que se trata de mera publicização de textos científicos, mas de produção de uma ordem discursiva distinta daquela do direto autoral e da institucionalização editorial, a partir da qual o sentido da circulação do conhecimento científico se constitui pela colaboratividade.

2. Escrita colaborativa

Outro recorte que trazemos à discussão trata de um aplicativo para celular que tem em sua constituição a escrita colaborativa. O Diminuto: um aplicativo para a escrita de textos curtos, categorizados como contos, inscritos numa discursividade do literário, que podem ser compartilhados em rede entre os que acessam para também escrever ou apenas ler os contos já escritos. O aplicativo apresenta as opções de marcar os textos favoritos, compartilhar, buscar por nomes de autores e escrever textos de autoria própria.

Segundo a descrição na página de abertura de seu site, notamos as seguintes formulações: a) “doses de literatura, imaginação e cultura”, inscrevendo os textos ali apresentados na discursividade do literário; e b) “O Diminuto é um aplicativo de contos...”, marcando a forma dos textos escritos nessa categoria.



Figura 4: Captura de tela do site do aplicativo Diminuto.

Fonte: Diminuto.

Para Orlandi (2001), a escrita é uma forma de relação social. Partindo dessa compreensão, dizemos que num aplicativo como o Diminuto, é através da inscrição no universo da escrita colaborativa que os sujeitos produzem laços com outros sujeitos e com o espaço da própria escrita, na medida em que, pela conectividade, cuja materialidade é a colaboratividade, como afirmamos anteriormente, eles ampliam sua rede de conhecimento, fazem reverberar sentidos, seja pela escrita, seja pela leitura, na forma da mobilidade. A prática da escrita e da leitura se desinstitucionaliza, não no sentido de sair propriamente da(s) instituição(ões) (não se trata da extinção das instituições, mas de sua transformação), no sentido de que se metaforiza em espaços determinados por outros sentidos para a escrita (e a leitura), para a circulação do texto escrito, do texto científico, e para a própria autoria. Ou seja, o sentido da escrita e a prática da autoria se descolam ou deslocam dos sentidos tradicionais e institucionalizados de propriedade, direito, norma. Mesmo que o conto seja assinado individualmente (Figura 5) e que a exigência da norma ortográfica e de gênero (figura 8) se mantenha, ainda assim, o universo da escrita literária é construído de modo colaborativo, pois se constitui no ambiente digital do aplicativo, encarnado “onde estiver”, regido por distintos imaginários, na discursividade digital - inscrição da língua e da tecnologia nos processos históricos de produção dos sentidos.



Figura 5: Captura de tela de um conto do aplicativo diminuto no smartphone.
Fonte: Diminuto.

Os sentidos, no entanto, como bem sabemos em Análise de Discurso, não se diluem e desaparecem, nem se instituem e permanecem, mas estão sempre em movimento, movimento da historicidade - deriva e memória. Sendo assim, o sentido de leitura e escrita como aventura, pela qual há perigos, limites, controles, barreiras a serem atravessadas, textualiza-se na materialidade digital, numa alusão a essa escrita aventureira (figura 4) e, agora, colaborativa.

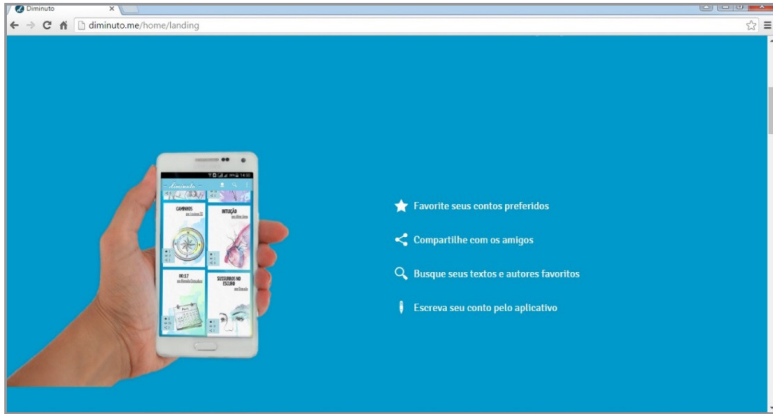


Figura 6: Captura de tela da sequência 2 do site do aplicativo Diminuto.
Disponível em: Diminuto.

“Favorite seus contos”, “compartilhe com os amigos”, “busque seus textos e autores favoritos”, “escreva seu conto pelo aplicativo”. Todas essas formas materiais: “favorite”, “compartilhe”, “busque” e “escreva” são alusões ao funcionamento do colaborativo. Como também podemos ver numa das telas de instalação do aplicativo no smartphone:



Figura 7: captura de tela do software de instalação do aplicativo Diminuto no smartphone.
Disponível em: Diminuto.

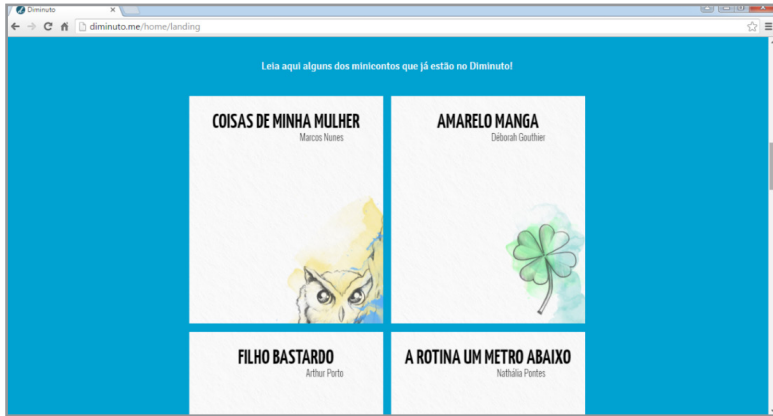


Figura 8: Captura de tela da sequência 3 do site do aplicativo Diminuto.
Disponível em: Diminuto.

A leitura pode ser feita tanto no site quanto no aplicativo baixado no smartphone. Observamos que, no site, o trecho “que cabem no seu tempo” (figura 4), na formulação da página inicial, pode ser considerado a partir de uma filiação à memória do dizer de “que cabe no seu bolso”, uma metáfora que se refere ao poder de compra dos sujeitos em relação a produtos que podem custar caro. Dito nessas condições de produção, porém, enuncia-se da perspectiva de quem fala do funcionamento de uma forma de historicização do tempo pelo dinheiro¹³. Outro sentido possível aí pelo funcionamento do digital é o da mobilidade. Nessa perspectiva, “caber no bolso”, significa, no sentido literal, da facilidade de poder, pelo fato de ser um aplicativo que pode ser baixado no celular, carregá-lo no bolso, ou “na palma da mão”, como formulado na primeira tela de inicialização do aplicativo no smartphone (Figura 9).

¹³ Sobre isso, há uma análise desenvolvida por Dias (no prelo), no artigo: A memória e o valor do tempo: um enlace pelo discurso. In: MEDEIROS, Vanise [et al]. (Orgs.). **Efeitos da língua em discurso**. Rio de Janeiro: EDUFF (prelo).



Figura 9: Captura de tela do aplicativo Diminuto no smartphone.
Disponível em: Diminuto.

Tanto “caber no tempo” quanto “(caber) na palma da mão” se constituem pelo sentido da mobilidade e velocidade (das ruas e das redes) da vida contemporânea, significada pela “falta de tempo”. Desse modo, duas características: ser portátil e mini (conto) - fazem com que “pitadas de literatura” estejam em conformidade com as possibilidades da vida contemporânea. “Para ler em um minuto”: são minicontos que podem ser lidos entre uma atividade e outra em um desktop, tablet ou entre uma atividade e outra na cidade por meio dos dispositivos móveis.

Há toda uma conjuntura que faz parte do processo de significação da produção literária pelo digital que se impõe, como vimos, desde a discussão sobre propriedade, direito autoral, até o próprio fazer literário, que joga com sentidos de aventura e inspiração, passando pela literatura como passatempo, até a determinação do sentido pelas condições de produção mais amplas, como sociedade capitalista global e digital.

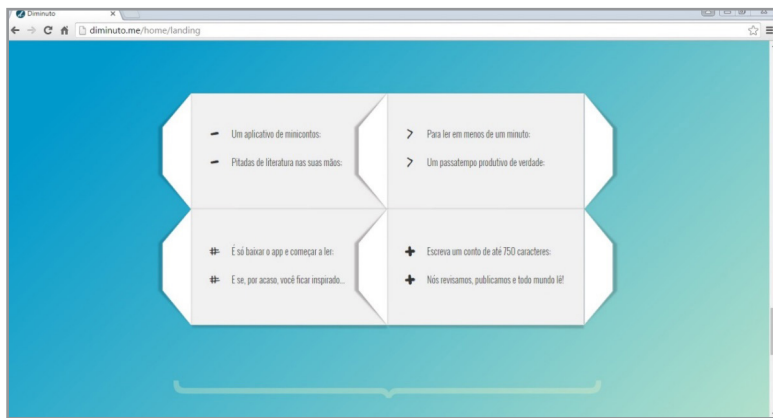


Figura 10 – Captura de tela do site do aplicativo Dimiuto.
Disponível em: Diminuto.

Nessa conjuntura, há um saber discursivo institucional(izado) que normatiza a forma da escrita no aplicativo. Vejamos como são enunciados os critérios de análise dos contos publicados:



Figura 11: Captura de tela dos Critérios de análise dos contos submetidos ao aplicativo Disponível em: Diminuto.

Retomamos esses critérios em sete recortes:

1. *Textos de ótima qualidade*
2. *sem problemas de linguagem*
3. *faz parte reprovar*
4. *Na escola aprendemos regrinhas básicas e boas!*

A formulação desses critérios faz funcionar a memória discursiva escolar, inscrevendo e constituindo o sujeito nessa formação discursiva.

Chamamos a atenção para a expressão “de ótima qualidade”, que adjetiva textos, pois nos interessa aqui perguntar por ela. Como definir um texto como texto de qualidade? Nas discursividades que tomamos para o nosso trabalho, muitas vezes, livro ou texto de qualidade se refere a livro ou texto literário. O que também nos remete à outra questão: como classificar um livro/texto como literário ou não? A quem é delegado o poder de chancelar a qualidade dos livros/textos que devem circular? Questões abertas à interpretação, mas que, se tomadas pela discursividade escolar, encontram um lugar de estabilização e legitimidade.

Sem critérios:

5. *Tem regra, mas também tem rebeldia.*
6. *Recursos literários*
7. *preconceituosos ou agressivos não*

Pela perspectiva discursiva, estes são modos de individuação dos sujeitos, nos quais a ideologia funciona pelo equívoco e se estrutura na contradição, “produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individualização do sujeito na produção dos sentidos” (ORLANDI, 2008, p. 106). A compreensão dos modos de individuação dos sujeitos pela ideologia, diz respeito ao

modo como todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, leem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer), enquanto ‘sujeitos falantes’: compreender realmente isso é o único meio de evitar repetir, sob a forma de uma análise teórica, o ‘efeito Münchhausen’, colocando o sujeito como origem do sujeito, isto é, no caso de que estamos tratando, colocando o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso (PÊCHEUX, 2014, p. 144).

“Tem regra, mas também tem rebeldia”. A leitura/escrita escapa a uma regulação do sentido escolarizado e normatizado pelo funcionamento conjuntivo *mas também*. Escola, biblioteca, teatro, museus, metrô, sites, blogs, aplicativos: lugares em que se lê e se escreve, tanto numa concepção de leitura/escrita que coloca a noção de língua como evidente quanto na espessura das possibilidades dos sentidos serem outros. Justamente porque há essa possibilidade, porque o sujeito escapa, é que os modos de organização da vida social vão se impor para regular e escolarizar a escrita e a leitura na cidade e na rede, con(formando) cidadãos.

Por um lado, temos, na formulação desses critérios/sem critérios, a filiação a um sentido de autor do qual se cobra, como afirma Orlandi (2008), a coerência, unidade e clareza (“temos que reprovar um conto que tenha alguns problemas de linguagem”); correção (“Tenha bastante cuidado com regras ortográficas”); responsabilidade (“tenha bom senso”). Nas palavras de Orlandi (2008, p. 80), “exige-se uma relação institucional com a linguagem” para que o sujeito assuma a posição de autor. Por outro lado, temos um deslocamento do sentido de escrita literária, nesse caso, pela sua forma de “publicação” colaborativa, o que abre à interpretação o próprio sentido de literário. Embora os “critérios” tentem regular esse sentido, a própria discursividade digital na qual ele se inscreve produz fissuras na estabilidade discursiva do que se pode/deve considerar literário. Diríamos, uma reconfiguração da formação discursiva em suas relações.

Cabe, ainda, atentarmos, na figura 12, na indistinção feita entre autor e escritor.

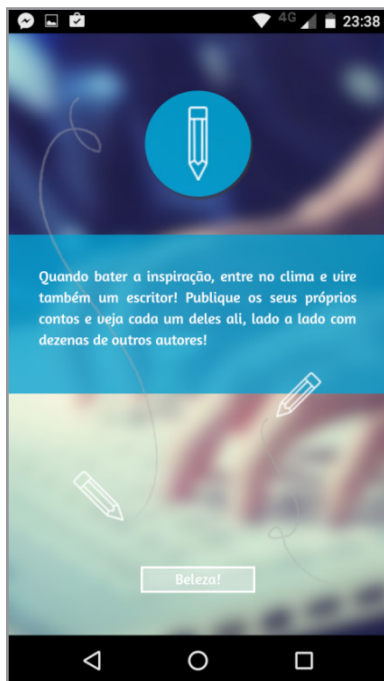


Figura 12 – Captura de tela da inicialização do aplicativo Diminuto no smartphone.
Disponível em: Diminuto.

Se considerarmos que, pela memória discursiva, o sentido de escola está funcionando na constituição do sentido de escrita no aplicativo, por meio dos critérios de publicação do conto, podemos dizer que o sentido de autor e escritor aí está sendo determinado pelo interdiscurso¹⁴ dessa formação discursiva. Porém, para Orlandi,

quanto ao escritor [...] não é a relação com a escola que define o escritor. Ela poderá ser útil, mas não é nem necessária, nem suficiente. Não é sua tarefa específica formar escritores. Ao contrário, para ser autor, sim: a escola é necessária, embora não suficiente, uma vez que a relação com o fora da escola, enquanto lugar de reflexão, é um lugar fundamental para

¹⁴ Para Pêcheux (1975, p. 162), o interdiscurso é o “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” que dissimula “na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso”, a saber, o fato de que “‘algo fala’ sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’”. O interdiscurso funcionaria com um real (exterior). Nas palavras de Orlandi (2006, p. 18) o interdiscurso constitui-se de todo dizer já-dito, ele é o que preside todo o dizer.

a elaboração dessa experiência, a da autoria, na relação com a linguagem (ORLANDI, 2008, p. 82).

Isso posto, compreendemos, finalmente, que, embora a escola não esteja formalmente na elaboração do aplicativo, ela faz parte do seu funcionamento, discursivamente, pelo interdiscurso, na produção de um *saber urbano (des)escolarizado*¹⁵.

Ressignificação da escrita e da autoria pelo lápis e pela tela: uma nota sobre o fim

Para concluir essa reflexão, queremos chamar a atenção para aquilo que reúne a análise do *Sci-Hub* e do Diminuto: a escrita, a autoria, ressignificadas pela colaboratividade. Essas questões, em torno das quais organizamos nossa análise, textualizam-se pelo ícone do lápis, recorrente tanto no site do *Sci-Hub* (figura 2) quanto no aplicativo Diminuto (figura 12).

O lápis metaforiza a escrita e a autoria pela memória do papel. Mas se ressignifica na materialidade digital, deslocando os sentidos de circulação da ciência e de literatura. Outras formas de escrita. Outros traços. Outra forma de relação social e de relação com o conhecimento.

Com a materialidade digital, há uma mudança na relação do sujeito com o texto e, conseqüentemente, com a autoria. Seria a segunda morte do autor, tal como Foucault (2000) a problematiza? De acordo com Foucault, há um parentesco da escrita com a morte. De certa maneira, esse parentesco encontra sua familiaridade no funcionamento da memória metálica...

Se considerarmos que, numa primeira instância, a morte do autor está ligada ao descentramento do sujeito, poderíamos considerar que, na discursividade digital, dizer “abaixo o autor na ciência”, é possível não pelo descentramento, nem pela autonomia, mas pela condição material de existência dos discursos no digital.

¹⁵ Sobre a noção de *saber urbano (des)escolarizado* cf. Coelho (2016) que se inspira na noção de *sujeito urbano escolarizado* desenvolvida por Pfeiffer (2000).

Referências

COELHO, C. G. F. **Discursos sobre a Leitura no Brasil**: dos documentos oficiais e do livro (no) digital. Campinas: 2016. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 2016.

DIAS, Cristiane. Não é só a morte que nivela: o discurso da cultura digital. In: ORLANDI, Eni, MASSMANN, Débora. (Orgs.) **Cultura e diversidade**. Trilogia Travessia da Diversidade. V. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016b.

_____. A materialidade digital da mobilidade urbana: espaço, tecnologia e discurso. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**. n. 37, jan./jun., p. 157-175. 2016.

_____. O ensino, a leitura e a escrita: sobre conectividade e mobilidade. **Entremeios: revista de estudos do discurso**. v. 9, jul., p. 1-14. 2014. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/index.php?issue=9>>. Acesso em: jul. 2016.

_____. A memória e o valor do tempo: um enlace pelo discurso. In. MEDEIROS, Vanise [et al]. (Orgs.). **Efeitos da língua em discurso**. Rio de Janeiro: EDUFF (no prelo).

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Trad. António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 4. ed. Portugal: Passagens, 2000.

KUSTER, Eliana, PECHMAN, Robert. Maldita rua. In: **O chamado da cidade**: ensaios sobre urbanidade. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 59-88.

KRUSE, Eric, CARLSSON, Annalena Ström. Je suis connecté, donc je suis. Le mobile dans la vie des adolescents. In: KAPLAN, Daniel ; LAFONT, Hubert. **Mobilités.net**: villes, transports, technologies face aux nouvelles mobilités. Paris: L.G.D.J, FING-RATP, 2004. p. 151-156.

LAFONT, Hubert. À propos des “nomades et vagabonds”. In : KAPLAN, Daniel ; LAFONT, Hubert. **Mobilités.net**: villes, transports, technologies face aux nouvelles mobilités. Paris: L.G.D.J, FING-RATP, 2004.

LICOPPE, Christian. Introduction. In. KAPLAN, Daniel e LAFONT, Hubert. **Mobilités.net**: villes, transports, technologies face aux nouvelles mobilités. Paris: L.G.D.J, FING-RATP, 2004. p. 149-150.

ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI, Suzy (Orgs). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006. p. 13-35.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. Bolsões, fechamentos e cia. **Revista Rua**. Campinas: Labeurb, v. 9, n. 1. p. 7-18. 2003. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/issue/view/711/showToc>>. Acesso em: jul. 2016.

_____. **Discurso e texto**: Campinas: Pontes, 2001.

_____. O bolsão ou a vida. **Revista Comciência**. Campinas, SBPC/Labjor, s.p. 2001b. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/violencia/vio14.htm>>. Acesso em: jul. 2016.

PAVEAU, Marie-Anne. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Trad. Ivone Benedetti. Campinas: Unicamp, 2015.

PECHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi [et al]. Campinas: Unicamp, 2014.

SOUZA, Pedro. A autoria vista sob suporte tecnológico. **Multiciência: revista interdisciplinar dos Centros e Núcleos**. n. 2, mai. 2004. Disponível em: <http://www.multiciencia.unicamp.br/intro_02.htm>. Acesso em: jul. 2016.

Recebido em: 31/07/2016

Aceito em: 28/11/2016